

DOCUMENTOS SOBRE O CANGAÇO NOS ARQUIVOS DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA: VOLANTES, CANGACEIROS E CONFLITOS (1929-1940)

Raimundo José Rocha Marins¹

Andréa Reis de Jesus²

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo analisar uma parcela da documentação produzida pela Polícia Militar da Bahia durante o período em que esteve incumbida de combater o cangaço. O conjunto de fontes encontra-se no arquivo geral da referida instituição militar e é composto pelos Boletins Gerais Ostensivos, diversos boletins internos, como os boletins do Destacamento do Nordeste, das FONE (Forças de Operações do Nordeste). Para tanto, foram selecionados os documentos que registram aspectos da organização das volantes e dos confrontos com os cangaceiros, sobretudo a partir do primeiro embate com Lampião, em 1929, na cidade de Queimadas, até o confronto com Corisco, em 1940. Tal recorte temporal se justifica em razão do papel de liderança, no âmbito do cangaço, dos sujeitos históricos representados por Virgulino Ferreira da Silva (Lampião) e Cristino Gomes da Silva Cleto (Corisco). A proposta teórico-metodológica desse trabalho consiste em analisar as fontes primárias cotejando com a bibliografia sobre o tema e a conceitualização pertinente ao campo historiográfico e arquivístico.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Militar; arquivo; cangaço; volantes.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar una parte de la documentación producida por la Policía Militar de Bahía durante el período en que fue responsable de combatir el cangaço. El conjunto de fuentes se encuentra en el archivo general de la mencionada institución castrense y está compuesto por los Boletines Generales Ostensivos, varios boletines internos, como los boletines del Destacamento Noreste, de la FONE (Fuerzas de Operaciones del Noreste). Fueron seleccionados documentos que registran aspectos de la organización de los volantes y de los enfrentamientos con los cangaceiros, especialmente desde el primer enfrentamiento con Lampião, en 1929, en la ciudad de Queimadas, hasta el enfrentamiento con Corisco, en 1940. Tal corte temporal es justificado por el papel de liderazgo, en el ámbito del cangaço, de los sujetos históricos representados por Virgulino Ferreira da Silva (Lampião) y Cristino Gomes da Silva Cleto (Corisco). La conceptualización es pertinente al campo historiográfico y archivístico.

PALABRAS CLAVE: Polícia Militar; arquivo; cangaço; volantes.

¹ Graduado em História e Mestrando em Museologia pela Universidade Federal da Bahia.

² Graduada em História e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia.

INTRODUÇÃO

O arquivo da Polícia Militar da Bahia, importante repositório da história da instituição, tem sob sua guarda inúmeros documentos que registram diversos fatos fundamentais do processo histórico nacional e internacional, como a Guerra de Canudos e a Guerra do Paraguai. Entre os documentos mais valiosos encontram-se os registros da campanha do Estado baiano contra o cangaço, através da atuação da sua Força Pública.

As origens do Cangaço nos sertões do nordeste brasileiro remontam ao século dezanove, porém é somente no século vinte que esse fenômeno social ganhará ímpeto, a partir do surgimento de Virgulino Ferreira, o Lampião. Para o propósito desse artigo, cumpre demarcar que os registros da entrada de Lampião na Bahia nos arquivos da Polícia Militar são encontrados a partir de agosto de 1929, quando passou a ser uma preocupação para o governo do Estado, notadamente para a sua força policial. O intervalo entre o registro da presença de Lampião na Bahia e a morte de Corisco, em 1940, compôs um importante acervo que documenta a movimentação dos cangaceiros no Estado e, conseqüentemente, das medidas que foram tomadas para o seu enfretamento.

Essa trajetória de onze anos foi registrada nos Boletins Gerais Ostensivos³ e em diversos Boletins Internos, dentre estes, os boletins do Destacamento do Nordeste, das FONE (Forças de Operações do Nordeste) e dos Boletins Internos dos diversos Batalhões da PMBA que tratavam dessa problemática, em especial os boletins do 4º Batalhão, sediado até os dias atuais no município de Alagoinhas, em razão de abranger a região conflagrada.

Por meio do acervo do arquivo geral da Polícia Militar é possível, sobretudo, aproximar o público e os pesquisadores das fontes primárias sobre a história do Brasil e da Bahia produzidas pela polícia militar, através do registro sistemático de sua atuação em eventos significativos durante o período imperial e republicano. Nessa perspectiva, busca-se apresentar uma parte relevante desse acervo, especialmente a documentação relativa à repressão ao cangaço, grande parte dela selecionada, reunida e catalogada pela equipe da professora da prof^a dra. Alícia Duhà Lose, do Departamento de Letras da Universidade Federal da Bahia.

O cangaço é uma temática mundialmente conhecida e nacionalmente muito

³ Os Boletins Gerais Ostensivos (BGO) e os Boletins Internos Ostensivos (BIO) são os documentos oficiais que dão publicidade aos atos administrativos da Polícia Militar.

estudada e revisada por historiadores, cientistas sociais, jornalistas, dentre outros. Portanto, entendemos a relevância de apresentar fontes primárias constituídas pela polícia militar da Bahia, a partir do enfrentamento do banditismo no estado ao longo das primeiras décadas do século vinte. São fontes que se constituíram com o registro minucioso das ações que se desenvolveram e, que se desdobram para além da repressão ao banditismo nos sertões nordestino. Através dos documentos do acervo é possível ampliar a perspectiva sobre o fenômeno e levantar novas questões que auxiliam na compreensão dos sujeitos históricos e na análise do quadro social do período. Nesse sentido, buscaremos dialogar com estudos que possam ajudar a compreender tais eventos e introduzir novos debates, com ênfase na análise da atuação da força repressiva do estado no período.

O ARQUIVO DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

A documentação produzida na Polícia Militar da Bahia remete a sua criação em 17 de fevereiro de 1825. O Corpo de Polícia, como foi então denominada a Polícia Militar, foi fundada no bojo dos desdobramentos da Independência da Bahia, em meio a uma conjuntura de consolidação da emancipação política, de turbulência social e motins de militares.

Na sucessão dos eventos que se seguiram à rebelião do 3º Batalhão de Caçadores, conhecida como Revolta dos Periquitos, sua dissolução e punição dos rebeldes, o governo imperial decidiu, através do o Decreto do Imperador D. Pedro I, datado de 17 de fevereiro de 1825, criar um Corpo de Polícia para substituir o batalhão insurgente na função de policiamento de Salvador (BORGES ET AL, 1975).

Assumiu como primeiro comandante geral, o Major Manuel Joaquim Pinto Paca, que havia se destacado no processo da Independência. O efetivo inicial contou com 238 homens e ficou aquartelado no Mosteiro de São Bento.

No decorrer da sua trajetória, a Polícia Militar da Bahia recebeu várias denominações e participou de diversos acontecimentos históricos na Bahia, no Brasil e, inclusive fora do país, como a Sabinada, Guerra Cisplatina, Guerra do Paraguai, Canudos, o Cangaço, a chamada Guerra Paulista de 1932, dentre outros. Atuou de várias formas e recebeu diversas competências e atribuições ao longo do Império e da República.

Na atualidade, a Polícia Militar exerce sua competência pautada pelo artigo

144 da Constituição Federal de 1988 que estabelece no inciso 5º: “Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (BRASIL, 1988). Dessa longa trajetória produziu-se uma gama de documentos distribuídos pelas suas unidades, batalhões e companhias na capital e interior do Estado. No entanto, é no arquivo geral que se encontra o fulcro dos documentos que registram os principais acontecimentos da história brasileira e baiana, os quais contou com a participação efetiva da Polícia Militar da Bahia. O arquivo constituiu-se, assim, com a finalidade de abrigar os registros diários da rotina da caserna, de suas campanhas no enfrentamento da criminalidade, das turbulências sociais e do policiamento das cidades baianas.⁴

Remonta à década de quarenta do século passado, a preocupação da instituição no que se refere à organização do arquivo tendo em vista atender às necessidades administrativas e de preservação dos documentos. O Boletim nº 283 de 1940 prescrevia as instruções para o funcionamento do Arquivo:

Arquivo da Polícia Militar, a cuja guarda ficarão os livros, documentos e mais papéis arquivados, encarregar-se-á também da organização do serviço especial de estatística da corporação, o qual obedecerá às regras definidas nestas “Instruções (BGO nº 238 de 31 de dezembro de 1940).

Entre os diversos documentos acumulados ao longo dos anos como manuscritos, datiloscritos, impressos, fotografias, gravuras e objetos de memorabilia, encontra-se um conjunto documental formado pelos Registros do Detalhe (Registros de Ordem do Dia ou Boletins Internos ou Ostensivos)⁵ que compõe o centro nevrálgico do acervo. São 216 volumes de Relatos do Detalhe, de 1859 a 1940, nos quais constam acontecimentos marcantes da história da corporação e, por intermédio dela, é possível observar parte significativa dos processos históricos desenrolados na Bahia, no Brasil e na América Latina.

Para sermos mais objetivos, cumpre esclarecer que os documentos aqui

⁴ A importância desse acervo foi reconhecida em 2017, quando concorreu e ganhou o Prêmio Memória do Mundo, oferecido pela UNESCO pelo reconhecimento do valor das obras contidas no acervo. O conjunto documental que foi apresentado para a candidatura é composto pelos Livros de Registro do Detalhe, que ao longo do tempo passou a receber outras denominações, tais como, Registros de Ordens do Dia, posteriormente substituído por outros tipos de documentos, os Boletins Gerais Ostensivos. No entanto, a designação de Registros do Detalhe é como são chamados estes documentos na instituição até os dias atuais.

⁵ A função dos Livros de Registro do Detalhe, ou Registro de Ordens do Dia ou Boletins Gerais Ostensivos ou Boletins Ostensivos Internos é apresentar em detalhes, os acontecimentos mais importantes ocorridos diariamente na instituição.

tratados são considerados como documentos de polícia, conforme definição de Bacellar (2005):

Sob a denominação de “polícia” estaremos considerando uma vasta variedade de documentos acumulados durante o Império e a República. São os acervos, de maneira geral, relativos à ação repressora do Estado, em que contravenções as mais diversas são enquadradas, com indivíduos capturados, julgados e presos. (BACELLAR,2005, 31)

No que se refere especificamente à polícia militar, tratam-se de boletins e relatórios de serviço, cujo conteúdo abrange todas as atividades executadas diariamente pela instituição, os quais podemos definir como um tipo documental originado na esfera administrativa a que serve, ou seja, “é o resultado de uma atividade administrativa de uma entidade (BELLOTO, p.355, 2014). São textos comprobatórios e informativos, cujo conteúdo versa sobre os mais variados assuntos referentes à rotina da corporação, desde a transferência, promoção e reserva de pessoal até o registro de inquéritos, dentre outros processos administrativos.

A partir da análise da configuração desses elementos, podemos afirmar que o arquivo da polícia militar é corrente e permanente e seus principais usuários são o público interno e externo, especialmente pesquisadores do campo da história militar, no entanto o seu acervo histórico é acessível ao público em geral.

Nos Livros de Registros de Ordens do Dia de 1869 a 1874, um exemplo de documento que pode ser encontrado é o registro de informações relacionadas à Guerra do Paraguai. São dados sobre o assentamento do Corpo Provisório da corporação para a Guerra do Paraguai; quantitativo de policiais do efetivo da Polícia militar baiana que foram para a guerra e quantos retornaram; como se portaram lá e quais mereceram castigos ou distinções.

O documento apresentado acima e outros que serão analisados ao longo desse trabalho fazem parte do acervo histórico da Polícia Militar e foram selecionados em função de apresentarem momentos significativos da história, os quais tivemos acesso em razão da nossa atuação profissional na coordenação dos documentos e da memória da instituição.

A produção e a divulgação desses documentos pela polícia são de grande valia

para a abordagem histórica, pois permite analisar tanto as ações preventivas e repressivas do Estado contra grupos e sujeitos considerados suspeitos, perigosos ou criminosos, quanto o perfil social dos sujeitos históricos. Nesse sentido, Bacellar ressalta que: “A documentação da própria Polícia, sob diversas denominações que o órgão teve ao longo do tempo, são bastante ricas e ainda muito pouco exploradas pelos historiadores” (Idem, p. 32).

Passadas quase duas décadas dessa observação de Bacellar, é possível afirmar que o campo de pesquisas sobre história militar se ampliou, bem como, o acesso às fontes, embora ainda esteja distante do ideal. Nos últimos anos, os simpósios nacionais e estaduais de História vêm contando com um número significativo de apresentações sobre história militar que tratam de vários aspectos do militarismo como instituições, sujeitos, guerras, escolas, política, dentre outros, resultantes das diversas pesquisas acadêmicas sobre a temática nas universidades brasileiras.

Diante do interesse dos pesquisadores sobre a história militar torna-se imprescindível o acesso aos arquivos das instituições militares, portanto, a divulgação desses valiosos acervos, necessariamente, representa um passo fundamental nesse sentido. Nessa perspectiva, apresentaremos algumas fontes sobre o cangaço.

FONTES SOBRE O CANGAÇO

O fenômeno social que corresponde ao banditismo nos sertões do nordeste entre meados do século dezenove até quase a primeira metade do século vinte, tornou-se mundialmente conhecido como “cangaço”. Não cabe aqui aprofundarmos a caracterização do que foi o cangaço, pois a historiografia, antropologia, a literatura, bem como, relatos televisivos e cinematográficos, dentre outros, já retrataram e analisaram muito bem o fenômeno. No entanto, entendemos ser necessário trazer algumas questões para a discussão

Dentre os elementos que compõem a história do nordeste brasileiro,⁶ pelas suas implicações na paisagem e na vida humana daquele local, dois merecem destaque: a seca e o cangaço. A seca, por se tratar de um fenômeno ainda presente no semi-árido baiano, com o qual a sociedade convive historicamente há séculos, repercutindo no ambiente natural e no quadro sócio-político. O cangaço, por ser um fenômeno

⁶ Ver a crítica feita por Durval Muniz de Albuquerque Júnior in: **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

multifacetado, que decorreu de causas sociais e econômicas e vinculou-se diretamente às paisagens físicas e culturais de onde brotaram e se desenvolveram, por força, também, das grandes secas que devastaram as precárias economias regionais, contribuindo para definir as especificidades sociais nos sertões.

Ao levantarmos o problema da seca, não é nosso objetivo reduzir a problemática do banditismo às questões naturais nem diminuir a importância desta para os fenômenos ocorridos no nordeste brasileiro entre os finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, sobretudo Canudos e o cangaço. Trata-se aqui de demarcar o cenário, o semi-árido baiano sob o domínio do cangaço, especialmente após a chegada do mais famoso deles, Virgulino Ferreira da Silva, o “Lampião”, à Bahia, em 28 de agosto de 1928, após fugir do confronto de Mossoró, no Rio Grande do Norte e ser perseguido por policiais de vários estados (CÉSAR, 2002.).

O termo “cangaço”, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977), teria sido utilizado pela primeira vez com o sentido atual já nas décadas de 1830 e 1840 pela população do sertão nordestino, de acordo com alguns estudiosos, ao passo que, segundo outros, essa designação era usada da forma corrente desde o século XVIII, ainda que a “função dos cangaceiros”, na época contratados pelos colonizadores, fosse a de perseguir índios.

Discussões atribuem a causas sociais o fenômeno do cangaço, associando-o a teoria do banditismo social, discutida na obra **Bandidos** (1975), de Eric Hobsbawm. Para este autor, os “bandidos sociais” permaneceriam dentro da sociedade camponesa e seriam admirados e respeitados pela população pobre, que os consideraria heróis, vingadores, justiceiros e até líderes de sua libertação, desse modo oferecendo-lhes seu apoio. Seriam vistos como símbolos do protesto social, já que lutavam contra os inimigos de classe dos camponeses: o Estado e os “senhores”, ou seja, os potentados rurais. Em outras palavras, esses bandoleiros compartilhariam valores morais e a mesma visão de mundo de suas comunidades e se tornariam foras da lei em defesa delas: um protesto social de caráter pré-político e inconsciente.

De qualquer modo, o cangaço teve várias lideranças, sendo algumas delas citadas por Luiz Bernardo Pericás (2010): Jesuíno Brilhante, Antonio Silvino e Sinhô Pereira. Esses líderes cangaceiros vinham de famílias tradicionais e respeitadas em suas regiões e poderiam ter percorrido uma trajetória mais confortável que a maioria dos sertanejos. Isso leva a crer que ingressaram no cangaço por disputas e vinganças familiares. Foi esse motivo, aliás, que levou Virgulino Ferreira da Silva (Lampião) a se

incorporar, junto com dois dos seus irmãos, ao bando de Sinhô Pereira, vindo pouco depois a liderar seu próprio bando e tornar-se a figura de maior destaque no cangaço.

A popularidade que os atos de Lampião deram ao cangaço acabou por mobilizar a sociedade da época, que passou a pressionar o poder público em virtude do pavor que tal fenômeno lhe despertava (BONFIM, 2007). Nesse sentido, no bojo das transformações oriundas da Revolução de 1930 e da consolidação do estado com Getúlio Vargas alçado ao poder em nível nacional, forças políticas locais se reestruturaram a partir da interventoria de Juracy Magalhães e as ações que objetivavam extinguir de uma vez por todas o banditismo no nordeste brasileiro foram intensificadas. Assim, no contexto das diversas estratégias tentadas pelo governo do Estado da Bahia no combate ao cangaço, entre os anos de 1928 e 1940, cumpre destacar o papel desempenhado pelas volantes.

Em decorrência de um acordo firmado pelos estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Sergipe, as investidas policiais contra o cangaço, durante o ano de 1927, foram intensificadas e quase dizimaram os bandos cangaceiros, fazendo com que suas atividades cessassem por algum tempo, dando à polícia a ilusão de que a tranquilidade dos sertões havia sido alcançada. Tal ação favoreceu a que Lampião e seu bando conseguissem burlar o forte policiamento estabelecido nas divisas e penetrasse na Bahia sem maiores dificuldades, aparecendo pela primeira vez neste estado em agosto de 1928 (BORGES et al, 1975). Com as notícias sobre esse acontecimento, a polícia percebeu que a estratégia do convênio havia falhado e deslocou suas forças para a captura do cangaceiro, passando a enfrentar uma das missões mais árduas da sua história.

As volantes foram forças especiais criadas pelas polícias estaduais em virtude do agravamento do problema do cangaço, a fim de combatê-lo. Tais forças foram comandadas por policiais de carreira e militares do Exército, estes de forma comissionada. Essa característica torna-se marcante após o advento da Revolução de 1930. Em 1932, mais de duas dezenas de militares do Exército foram comissionados como oficiais para servir nos combates nas caatingas nordestinas.

Entre os integrantes das volantes, também se destacavam os "soldados" temporários (conhecidos igualmente como contratados, provisórios, "cachimbos" e outros), que eram recrutados observando-se diferentes critérios. Desse modo, é possível verificar nos boletins que registraram a rotina dessas forças de operações, a importância dada ao contratado, que reunia habilidades de rasteador, dentre outras habilidades naturais imprescindíveis ao desempenho das forças volantes.

O sistema de tropas volantes adotado pela polícia, “a despeito da inexistência de um centro de operações na região, provou-se o mais indicado para a perseguição e combate ao bando de Lampião” face à extrema mobilidade desenvolvida pelos cangaceiros nos seus ataques (BORGES et al, 1975, p. 141). Inicialmente, como observam os supracitados autores, o sistema de emboscadas, outra das táticas dos bandidos, compensava-lhe a inferioridade numérica (no encontro com volantes maiores) e determinava um alto índice de perdas de vidas dos integrantes das forças policiais. Registra-se que das 24 volantes que foram organizadas nos dois primeiros anos de combate ao banditismo (1929/30), algumas foram completamente dizimadas.

Cumprir ressaltar que a exposição da tropa às dificuldades do terreno, especialmente hostil aos agentes oriundos dos centros urbanos mais afastados da região, transformava-os em alvo fácil a enfermidades de toda a sorte, motivo pelo qual campanhas de vacinação foram empreendidas em oposição a inúmeras doenças, de acordo com o que se observa, por exemplo, no boletim da Força Pública de maio de 1932.

A literatura, no que diz respeito às volantes, observa que os métodos de atuação de tais soldados, especialmente em relação à população pobre sertaneja, era muito semelhante, às vezes pior, do que os utilizados pelos próprios cangaceiros. Abordagem em igual sentido foi feita por Pericás (2010).

Pelo exposto, é possível vislumbrar quadros após a passagem de certas volantes, nos quais se viam, mutilações e até mortes. Segundo Oleone Coelho Fontes (2001, p. 293), “muitas ordens para que suspeitos de darem coito a Lampião fossem tratados com rigor eram oriundas da própria chefia de polícia em Salvador”. Este mesmo autor define as características dos soldados que compunham as volantes que caçavam Lampião, como: com poucas exceções, eram analfabetos, e haviam se formado em meio a uma sociedade constitucionalmente violenta; a brutalidade estava no sangue, não conheciam senão formas brutais de fazerem aquilo que consideravam justa; quando ingressavam na polícia não recebiam qualquer instrução, além das táticas de perseguição assimiladas no cotidiano das caatingas; se o treinamento dos soldados da força regular já era curto, o dos provisórios era nenhum.

Ainda que se empreendessem campanhas para instrução continuada à tropa, como aquela direcionada à erradicação do analfabetismo encetada no segundo semestre de 1932 (BGO PMBA, 1932), tais medidas não produziram efeitos consideráveis a ponto de modificarem substancialmente o quadro de alfabetização das tropas.

Com tais características, não é de se estranhar que as tropas volantes fossem descritas como reuniões de homens “selvagens”, a exemplo de Optato Gueiros (apud FONTES, 2001, p. 294), oficial alagoano, que declarou:

Comandei verdadeiras feras. Tínhamos o direito, às vezes, de alistar civis sertanejos, que depois, apesar de serem efetivados como soldados, nada conheciam da disciplina, nem qualquer outra instrução, a não ser o manejo do fuzil, para atirar. Uma tropa, composta dessa gente, naqueles tempos, só não era mesmo cangaceiro porque não se consentia que matassem e furtassem, mas o desejo de fazer isso alguns deles tinham.

A mesma opinião era compartilhada por um oficial baiano (Idem, ibdem). Isso possivelmente explica porque a polícia dispunha de tão exíguas informações para dar arrojado combate aos cangaceiros.

Por outro lado, o banditismo continuou crescendo, e o governo da Bahia, então representado por Vital Soares, invocando os termos do Convênio formado com os estados vizinhos, propôs a “organização de um destacamento único, constituído por frações das forças policiais dos quatro estados interessados na campanha, sem subordinação, porém, de qualquer natureza, aos comandantes das polícias das quais provieram” (BORGES ET AL, 1975, p. 142).

A despeito do grande número de praças e da frequência com que eram enviados à região, o combate ao banditismo, realizado assistematicamente, sem qualquer estratégia global de ação, não poderia alcançar maiores êxitos, e ao contrário, essa atuação descontínua no tempo e no espaço, oferecia ao bando oportunidades de reorganização e expansão.

De acordo com Fontes, para conferir às forças maior sentido de unidade e possibilitar uma ação conjunta, mediante a definição de estratégias e táticas de ataque organizadas, “o governador Vital Soares enviou para a região uma comissão especial, composta de 120 homens, comandada pelo coronel da Polícia Militar Terêncio dos Santos Dourado” (2001, p. 296), com a missão de estudar a situação e organizar as forças que ali atuavam.

Do trabalho do Coronel Terêncio, resultou a criação das Forças em Operações no Nordeste (FONE) e a divisão da área “em seis regiões ou grupos de destacamentos, com sedes em Bonfim, Juazeiro, Uauá, Tucano, Jeremoabo (sede do Comando) e Santo Antonio da Glória e mais um Destacamento Volante” (Borges, 1975, p. 142), de maior mobilidade, para atendimento mais rápido às localidades atacadas. Foi assim que,

segundo esses autores, no ano de 1932, no auge de uma das maiores estiagens de que se tem notícia no Nordeste, o efetivo das FONE somava 1.170 (um mil, cento e setenta) homens, aumentando com o passar do tempo na medida que o desafio se avolumava.

Como se pode observar, as volantes mereceram atenção especial nas lutas contra o banditismo pelas caatingas sertanejas. Diante disso, passaram a constituir grupos destacados das formações da tropa. Conforme podemos vislumbrar até o momento, nenhum organismo montado pelo poder estatal esteve tão próximo dos cangaceiros como o dos integrantes das volantes, mesmo que os combatendo e estabelecendo verdadeiras micro relações de poder na região. Suas atuações produziram personagens, a exemplo do coronel José Osório de Farias, o temido “Zé Rufino”, que empreendeu o último combate contra corisco e o próprio coronel Felipe Borges de Castro, que participou ativamente, inclusive pelo viés humanístico, das ações desenroladas no palco dos acontecimentos, chegando a elaborar um plano de estruturação das regiões atingidas, com especial direcionamento às crianças, cujas infâncias foram marcadas pelas aterrorizantes pejejas travadas entre os grupos antagônicos de então (BGO PMBA, 1940).

Nesse sentido, fontes encontradas no arquivo da Polícia Militar da Bahia revelam tanto a preocupação do governo do estado baiano, como suas iniciativas de combate ao banditismo. Revelam ainda o movimento dos cangaceiros pelo território e diversos fatos relacionados às volantes e às comunidades afetadas pela passagem dos bandoleiros.

Uma das ações mais importantes de combate ao cangaço foi o implemento e a modernização das comunicações. Em um relatório do oficial da central de radiopatrulha encontra-se descrita como ocorreu o planejamento para o incremento e implantação das estações de comunicação policial:

O Serviço Radiotelegráfico do Estado da Bahia foi criado por ato do Governo, em janeiro de 1930, atendendo necessidades imperiosas da campanha contra o banditismo no Nordeste, em cuja região perdurou por muitos anos, praticando toda a sorte de infâmias e atrocidades, a horda sinistra dos famigerados asseclas da época, chefiados por Virgulino Ferreira, o Lampeão, muito bem classificados de “almas de lama e de aço”[...] Por conseguinte, teve início este eficiente serviço com a instalação de três estações apenas, que logo entraram em funcionamento, sob entusiasmo geral, contempladas as cidades de Bonfim (então posto de concentração das forças em operações), Uauá e Jeremoabo, de sorte que, em outubro do mesmo ano, verificou-se a instalação da estação central [...] no antigo edifício da Secretária de Segurança Pública neste mesmo local do atual, contando-se até aquela data quatro estações. Foi assim mais engrandecimento para a então

Polícia Militar (atual Força Policial) a adoção de tão utilíssimo Serviço, com a conseqüente organização do quadro de pessoal, constituído de militares, que, como o foi, continuou a disposição da Secretária de Segurança Pública. (OLIVEIRA, 1945: 1).

A implantação do serviço exigiu um efetivo qualificado para atuar nas comunicações, bem como, o implemento de recursos financeiros para comprar armamentos, equipamentos de radiotelegrafia, contratação de pessoal e manutenção das tropas, pois já em janeiro de 1929 ocorriam os primeiros embates entre o grupo de Lampião e a força policial, como podemos observar no documento a seguir:

O Sr. Cel. Cmt. Geral da Força, em seu boletim de ontem, louva ao segundo Sargento desta Unidade, de nº 14, Manoel dos Santos Vieira, pelo motivo heroico com que se portou, na manhã de 7 do corrente no encontro que teve com o célebre bandido “Lampeão”, no lugar (sic) denominado Abóboras, município de Jaguarary, demonstrando dest’arte o aludido sargento a sua incontestável bravura no mencionado combate de que cahiu ferido com mais alguns companheiros. Este comando ufanando-se louva também, ao referido inferior, que sem medir sacrifícios de vida soube honrar a farda que veste e as tradições gloriosas das nossa milícia. Confiando no brio dos meus comandados, espero que tenham idêntico procedimento todas as vezes que preciso for a sua acção em emergências tais. (BIO/nº 10 de 10/01/1929).

Observa-se nesse relatório que a fama de Lampião já havia se espalhado e que este já era bastante temido, uma vez que o autor do texto se refere ao cangaceiro como célebre, bem como, exalta a coragem do sargento que o enfrentou como um verdadeiro feito heroico.

É possível observar também, em um boletim de novembro do mesmo ano, o fato relativo a uma emboscada que sofreu um dos contingentes das volantes, resultando em um policial morto e outro ferido gravemente. Segundo o relato, o combate ocorreu “[...] nas caatingas, entre o Arraial de Bonfim e o de Várzea da Ema, no lugar denominado Lagoa do Mary, que dista daquele 4 legoas e 5 do Município de Uauá” (BGO nº 306 de 02 de novembro de 1929).

A partir desses combates iniciais, a polícia vai começando a entender as táticas do inimigo, a atuação dos coiteiros, suas técnicas de confronto e passa a empregar todos os esforços no sentido de capturar Lampião e dizimar o banditismo, como explica Fontes (2001): “A força pública não dá trégua aos bandoleiros [...] num dos mais exaustos exercícios a que é submetida”. (p. 59).

Exaustivos combates ocorreram nos anos seguintes até a morte de

Lampião, em Sergipe, no ano de 1938. No entanto, somente em 1940 travou-se o grande confronto final contra o cangaço, no qual foi morto Corisco e efetuou-se a prisão de sua companheira, Dadá. Vale a pena transcrever o ofício que descreve em detalhes o confronto e a prisão dos cangaceiros:

Honrados pela vossa confiança e do Exmo. Sr. Dr. Urbano Pedral Sampaio Secretario de Segurança Publica deste Estado para na qualidade de comandante da D-NE e de Delegado Especial do Nordeste, dirigimos a campanha contra o Banditismo, que como praga maldita assolava aquela região do nosso Estado e os de Pernambuco, alagoas e Sergipe, há uma quartel do século, vimos, no momento, relatar a última diligencia que teve como feliz resultado a extinção total do Banditismo, com a morte do famigerado bandoleiro Cristino Gomes da Silva, Vulgo “Corisco” e a prisão de Sergia Maria de Jesus conhecida por Dadá, companheira do referido bandoleiro, a qual pela coragem e sangue frio demonstrando nas lutas, si tornara tão ou mais respeitada e temida que o próprio “Corisco”. (CASTRO, p. 277-278, 1940)

No dia dezanove de março de 1940, do quartel situado na cidade de Paripiranga, o comandante das forças de Destacamento do Nordeste, por meio do mesmo ofício, enviava ao comandante geral da Força Pública as seguintes informações:

Para o devido conhecimento, cientifica-se que:

[...]

b) - que o Sr. 2º Ten. José Osorio de Farias, apresentou parte do combate no qual foi abatido o bandido Cristino Gomes da Silva, vulgo “Corisco” e capturada Sergia Maria de Jesus, vulgo “Dadá”, mulher de Corisco, apreendendo em poder dela a menor Josefa Erondina de Almeida, de doze anos presumíveis, filha de Braz Francisco de Almeida, residente em Bebedouro, Município de Geremoabo. (BGO, nº129, p. 277, de 16/07/1940)

Ainda no mesmo ofício, o capitão informa que o corpo de Corisco fora transportado para a cidade de Djalma Dutra e que Dadá fora entregue aos cuidados médicos, pois recebera um tiro no pé e , em razão do ferimento, precisou amputar a perna. Em seguida, apresenta a relação de objetos em poder do casal de cangaceiros, como um parábélum caibre 7mm., uma pistola, dois punhais, além de outros objetos, como jóias e brincos de ouro, inclusive cinco burros, que deveriam ser entregues ao delegado responsável pela região.

Ainda nos boletins de abril e maio de 1940 foram feitos registros de prisões. Em 1 de abril constam a apresentação da noite anterior dos seguintes cangaceiros:

Angelo Roque, conhecido como “Labareda”, Benício Alves dos Santos, o “Saracura”, Raimundo da Silva, o “Jandaia”, Antonio Pedro da Silva, “Patativa” e quatro mulheres que os acompanhavam. No mesmo relatório há descrição dos objetos e armas apreendidos com os homens capturados. Com o cangaceiro Labareda, por exemplo, foi encontrado um mosquetão “M”, modelo 1922, 193 cartuchos modelo 1908, um bernal, duas cartucheiras e um cantil.

Os relatórios sobre o cangaço não somente descrevem as lutas, as questões técnicas e administrativas da Polícia Militar no enfrentamento ao banditismo na Bahia. É possível analisar as condições das comunicações, das estradas que ligavam as cidades do estado, os problemas sociais e econômicos que grassavam a Bahia no período, como a seca e a fome.

Um escrito em particular chama atenção pela denúncia que fez relativa à situação de abandono dos sertões baianos. Trata-se da leitura que o Capitão Felipe Borges de Castro faz, em 1940, após a extinção do grupo liderado por Corisco, das condições sociais da população sertaneja e a sua reflexão sobre as causas do banditismo na região. Para o comandante das forças de repressão do cangaço, na ausência de políticas públicas, a penúria econômica e social conduzia os jovens sem perspectivas a aderir aos bandos de cangaceiros. Para ele, são as condições climáticas opressivas, representadas pela seca, uma das causas para a criminalidade. No entanto, suas reflexões se concentram em causas mais profundas e estruturais: “Não há escolas, nem oficinas, nem arado. Ali só o bacamarte”. (Idem, p.276).

Dessa observação do comandante das forças de operações, podemos depreender todas as dimensões que as fontes trazem para compor um quadro mais abrangente sobre o cangaço, sobretudo no que se refere às condições sociais da população que se encontrava distante dos grandes centros urbanos no período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se apresentar neste artigo algumas fontes que podem ser encontradas no arquivo da Polícia Militar da Bahia. Tocou-se em alguns aspectos, sobretudo os documentos sobre o cangaço e, ainda assim, não foi possível abordar em profundidade os assuntos que tais fontes trazem. São informações detalhadas sobre as transferências de policiais para as volantes, recursos financeiros e bélicos empregados, policiais ou cangaceiros feridos, equipamentos, munições e armas apreendidas, a

questão disciplinar, inclusive narrativas sobre os confrontos entre cangaceiros e volantes, compra de uniformes e contratação de efetivo, dentre outros. Nesse sentido, buscou-se divulgar uma parcela do acervo documental produzido no âmbito da Polícia Militar da Bahia que agrega quase dois séculos de história.

Os documentos que compõem o acervo da força policial do estado da Bahia são manuscritos e datiloscritos originais, únicos, que revelam momentos históricos, nos quais a Polícia Militar da Bahia, em conjunto com o Exército e a Guarda Nacional, atuou. São documentos que relatam perspectivas diversificadas sobre os eventos, à espera da crítica historiográfica para alimentar futuras pesquisas nas mais diferentes áreas de produção do conhecimento.

Em razão da necessidade de espaço, atualmente o arquivo geral da polícia militar baiana ocupa um andar de um prédio localizado no bairro do Comércio, em Salvador, e passa por uma grande reforma na estrutura física, de modo a permitir uma melhor conservação do seu acervo e, conseqüentemente, ampliar o atendimento ao público.

Assim, na iminência de completar duzentos anos de criação em 2025, a Polícia Militar da Bahia vem buscando preservar sua história, seja através da criação de espaços de memória da instituição, como a inauguração em fevereiro de 2022 do Museu Siegfried Frazão Keysselt, seja através da conservação, reestruturação e divulgação do acervo do seu arquivo histórico.

FONTES

BAHIA. Polícia Militar da Bahia. **Boletim Interno Ostensivo nº10 de 10/01/1929**. In: Centro de Documentação e Memória da Polícia Militar da Bahia. Salvador, 1929

BAHIA. Polícia Militar da Bahia. **Boletim Geral Ostensivo nº 238 de 31 de dezembro de 1940**. Salvador, 1940.

BAHIA. Polícia Militar da Bahia. **Boletim Interno Ostensivo nº 43 de /01/04/1940**. In: Centro de Documentação e Memória da Polícia Militar da Bahia. Salvador. Salvador, 1940.

CASTRO, Felipe Borges de. Relatório de Serviço de 15/07/1940. In: Centro de Documentação e Memória da Polícia Militar da Bahia. Salvador. [Inserir o ano e especificar que tipo de relatório].

OLIVEIRA, Flaviano de. **Relatório das atividades durante o ano de 1955**. Salvador:

Serviço de Radiocomunicação, Salvador, 1955.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**: São Paulo: Contexto, 2005.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos; estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2022.

BONFIM, Luiz Ruben F. de A. **Lampião e os interventores**. Paulo Afonso: Graf Tech, 2007, v. II.

BORGES, Alberto Salles Paraíso; UZEDA, Bernardino José de Carvalho; SILVA, Antonio Vital da; BRITO, Gesivaldo Nascimento; SANTOS, Augusto Flávio; OLIVEIRA, Dilton Dimas de; GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **150 anos da Polícia Militar da Bahia**. Salvador: EGBA, 1975.

CÉSAR, Elieser. **O coronel da Chapada. Bahia**. Salvador: Empresa Baiana de Jornalismo, 2002.

FONTES, Oleone Coelho. **Lampião na Bahia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

HOBSBAWM, E. J. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

JESUS, Andréa Reis de. **Da volante à radiopatrulha: as comunicações na Polícia Militar da Bahia (1930-1967)**. In: XVIII Encontro de história da Anpuh-Rio: História e parcerias. Anpuh, RJ, p. 1-14. Anais eletrônicos. Disponível em: <https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/> Acesso em 15 de março de 2020.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: Edufba, 2001.